

Conveses do desenvolvimento

José Eli da Veiga

Valor, 17.8.2010

É primária a visão dicotômica do mundo em dois escalões: algumas nações já "desenvolvidas" e todas as outras eufemisticamente consideradas "em desenvolvimento". Ignora a existência de uma semiperiferia agora chamada "emergente", "em ascensão", ou "novo segundo mundo".

Daí a importância da classificação adotada pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), na qual os 182 países que dispunham de dados confiáveis para 2007 figuram em quatro conveses: de baixo, médio, alto e altíssimo desenvolvimento.

Menos de 6% da população mundial tenta sobreviver nos 24 países que não saem do porão, onde a expectativa de vida ao nascer é de apenas 51 anos e nem metade dos jovens estão na escola. O Produto Interno Bruto (PIB) per capita, que em 2007 era de ínfimos US\$ 380, manteve-se literalmente estagnado nos 17 anos anteriores. E esse é o único dos quatro conveses com forte expansão demográfica: de 2,9% ao ano no período 1990-1995, caiu apenas para 2,7% ao ano em 2005-2010.

Em forte contraste, o imenso deque está ocupado por 75 países com praticamente dois terços da população. Já alcançou boas condições de saúde, pois a esperança de vida é de 70 anos. O que, infelizmente, ainda não ocorre com a educação: só 63,3% dos jovens estão matriculados em estabelecimentos de ensino. Mas o PIB per capita, que em 2007 era quase o quádruplo - US\$ 1.746 - teve o mais elevado aumento médio nos 17 anos anteriores: 4,8%.

Acima, no espaço das cabines, estão 45 países com apenas 14% da população. Nesse bloco, a esperança de vida ao nascer já se aproxima dos 73 anos e estudam 82% dos jovens. O PIB per capita que, outra vez, quase quintuplica - US\$ 8,5 mil em 2007 - teve aumento médio de 2,1% nos 17 anos anteriores.

E na cabine de comando os 38 mais avançados, com 15% da população, desfrutam de esperança de vida que ultrapassa os 80 anos. Estudam 92,5% de seus jovens. E o PIB per capita, que mais uma vez dá um salto quádruplo - chegando perto dos US\$ 40 mil em 2007 - ainda aumentou 1,8% ao ano entre 1990 e 2007.

Pode-se deduzir dessa metáfora náutica que o desenvolvimento mantenha uma relação proporcional com o grau de afluência aferido pelo PIB per capita. Ou que exista forte correlação entre os níveis de PIB per capita atingidos e três das mais decisivas dimensões do desenvolvimento: saúde, educação e demografia.

Lei que não se confirma, contudo, para o desempenho de cada nação, em vez de médias de blocos. E a relação é até inversa com a dupla Brasil e Rússia, por exemplo. Apesar de essas duas economias terem tido idêntica taxa de crescimento do PIB per capita no período 1990-2007 (1,2%), no fim desse período o da Rússia já ia além dos US\$ 9 mil, enquanto o do Brasil nem chegara aos US\$ 7 mil.

Discrepância que decorre, é claro, da demografia. Apesar de o PIB brasileiro em 2007 ter sido ligeiramente superior (US\$ 1.313,4 bilhões versus US\$ 1.290,1 bilhões), a população da Rússia já está em queda, enquanto a do Brasil ainda aumenta 1% ao ano. O mais relevante, contudo, é que a vantagem russa no PIB per capita não se traduz em mais saúde e educação. O Brasil vence de 72,2 a 66,2 na esperança de vida e de 87,2 a 81,9 na taxa de jovens estudando.

Tal contraste merece a atenção de quem acredita que o desenvolvimento responda automaticamente ao aumento do PIB per capita, para nem mencionar a ignóbil crença de que desenvolvimento seja mero sinônimo de crescimento econômico. Se assim fosse, nos últimos três decênios teria sido forçosamente pífio o desenvolvimento da sociedade brasileira.

Ao contrário, foi muito mais intenso nos últimos trinta anos do que em qualquer período anterior. O oposto do que ocorreu com o crescimento medido pelo aumento do PIB per capita. Por mais de um século (1870-1980) essa economia foi campeã de crescimento entre as dez maiores do mundo. Ultimamente só não ficou com a lanterna por causa da persistente estagnação japonesa. Ou seja, nos últimos trinta anos houve muito mais desenvolvimento com muito menos crescimento.

Fenômeno que nada tem de paradoxal para quem sabe que o desenvolvimento de uma sociedade depende da eficiência com que é capaz de aproveitar os frutos do desempenho econômico para expandir e distribuir oportunidades de acesso a bens como: liberdades cívicas, saúde, educação, emprego decente etc. Ainda mais para quem já entendeu também que o desenvolvimento terá pernas curtas se a natureza for demasiadamente agredida pela expansão da economia, subsistema altamente dependente da conservação da biosfera.

De resto, enquanto na cabine de comando já se discute a possibilidade de "prosperar sem crescer", no porão ainda nem se decolou. E nos intermediários, como o Brasil, o desafio é a qualidade do crescimento, ideia exposta na seção "Pensata" da edição de

julho/setembro da RAE, Revista de Administração de Empresas (p. 338-344),
intitulada "Economia política da qualidade" que estará disponível no website da RAE:
www16.fgv.br/rae/rae/index.cfm

José Eli da Veiga, professor titular da USP (FEA e IRI), escreve mensalmente às terças. Página web:
www.zeeli.pro.br.